

Livros digitais licenciados e os modelos de negócios transitórios

Licensed digital books and the transitory business models

Liliana Giusti Serra

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP)- Brasil
lgiustiserra@gmail.com

José Fernando Modesto da Silva

Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes- Brasil
fmodesto@usp.br

Resumo

Apesar de as bibliotecas terem acompanhado a evolução do suporte livro com a oferta de texto primeiramente armazenado em mídias externas como os CD-ROMs e, posteriormente, com a disponibilização de conteúdo na Web e em repositórios digitais, são observadas peculiaridades no momento da inclusão de livros digitais aos acervos. Este artigo analisa as características e possibilidades de inclusão de livros digitais nas bibliotecas por meio de aplicação de modelos de negócios transitórios, caracterizados pelo pagamento recorrente, que pode ser medido por uma unidade de tempo ou de acordo com a quantidade de acessos realizados ao conteúdo. Os modelos de negócios transitórios abordados no artigo são: Assinatura, Aquisição Orientada ao Usuário (DDA), Empréstimo de curto prazo (STL), e Aquisição Orientada por Evidência (EBS). O artigo foi elaborado por meio de levantamento bibliográfico e revisão de literatura sobre as questões dos modelos de negócios transitórios para bibliotecas. O recorte temporal abrange o período de 2010 a 2015. Os resultados destacam que os modelos de negócios transitórios proporcionam alternativas para inclusão de livros digitais nos acervos das bibliotecas, porém com características diferentes das possibilidades de

Abstract

Despite the fact that the libraries have followed the evolution of the book's carrier with the text offer first stored on external medias such as CD-ROMs, and later with the provision of content on the Web and in digital repositories, peculiarities are observed in the inclusion of digital books in collections. This article analyzes the characteristics and possibilities of inclusion of digital books in libraries by applying transitional business models, characterized by recurring payments, which can be measured by a unit of time or according to the amount of accesses made in the content. The transitional business models discussed in this article are: Signature, Demand Driven Acquisition (DDA), Short-Term Loan (STL), and Evidence Based Selection (EBS). The article was elaborated by reviewing the literature on the issues of transitional business models for libraries. The period analysed cover 2010 to 2015. The results highlight that transitional business models offer alternatives for inclusion of digital books in the libraries collections, but with different characteristics of hiring other electronic resources, which libraries often applied. It is noted also that the models are not yet established and that variations have been arising by deals offered by suppliers. The DDA model has been used frequently in American libraries and

contratação de recursos eletrônicos diferentes das aplicadas usualmente pelas bibliotecas. Nota-se também que os modelos não estão estabelecidos e que variações vão surgindo de acordo com ofertas proporcionadas pelos fornecedores. O modelo DDA vem sendo utilizado com frequência em bibliotecas norte-americanas e, inclusive, esta contribuindo para o surgimento de outros modelos, derivantes dele. Conclui-se que muitos estudos sobre os modelos se fazem necessários como reflexo da importância de relatos de experiências das bibliotecas, com o intuito de apontarem para os acertos e dificuldades encontradas, e fornecer subsídios que favoreçam a análise de aspectos financeiros, práticos e as consequências observadas na coleção, além da oferta de serviços aos usuários.

Palavras-chave: Livros digitais, Modelos de negócios transitórios, Aquisição orientada ao usuário, Empréstimo de curto prazo, Aquisição orientada por evidência.

even has been contributing to the emergence of other models. The paper concludes that many studies of transitional models are needed as a reflection of the importance of libraries' experience reports, in order to point to the successes and difficulties encountered, and providing subsidies to encourage the analysis of financial, practical and consequences observed in the collection, in addition to offering services to users.

Keywords: *Digital books, Transitional Business models, Demand driven acquisition, Short term loan, Evidence based selection.*

1. Introdução

Desde a sua introdução nos acervos bibliográficos, os livros digitais apresentam transformações e desafios às bibliotecas. Apesar de terem acompanhado a evolução do suporte com a oferta de texto primeiramente em mídias externas com os CD-ROMs e, posteriormente, com a disponibilização de conteúdo na *Web* e em repositórios digitais, as bibliotecas contemplam nestes recursos peculiaridades não observadas com as publicações impressas. A inclusão de livros digitais nos acervos foi em grande parte propulsionada por iniciativas como a de Michael Hart, que em 1971, lançou o Projeto Gutenberg que disponibilizava títulos com acesso franqueado. Diversos outros projetos se propagaram desde então, resultando em iniciativas de digitalização de títulos de obras físicas até a presença de títulos que existem somente no formato digital.

Nas primeiras iniciativas a oferta de conteúdo era, essencialmente, aberta e gratuita, sem restrições comerciais ou manifestação de anuência por parte dos autores. Eram disponibilizados títulos em domínio público, sem a necessidade de permissão ou remuneração junto aos detentores dos direitos autorais. Também estavam presentes obras decorrentes de

pesquisas acadêmicas que, embora fossem protegidas por direitos autorais, possuíam sua divulgação e disseminação autorizadas desde que citadas as fontes.

A presença do conteúdo digital de monografias inicialmente era nutrida pela oferta de obras de acesso aberto, oriundas de títulos em domínio público e trabalhos acadêmicos. Embora sejam publicações de relevância na formação de acervos bibliográficos, não são suficientes para estruturar sozinhas uma coleção. Desta forma, é necessária a inclusão de títulos publicados por editoras, e que são adquiridos por meio de tratativas comerciais realizadas com editores ou por meio de fornecedores como livrarias ou distribuidores.

Entretanto, a oferta de títulos digitais para aquisição pelas bibliotecas não ocorre de forma semelhante aos leitores. Nas livrarias virtuais o licenciamento de conteúdo é realizado individualmente, com o título armazenado em dispositivos de leitura (*e-readers* ou *tablets*), e requer a instalação de aplicativos para que o conteúdo seja acessado. Mesmo que a biblioteca opte por adquirir livros digitais em livrarias virtuais e empreste os dispositivos de leitura onde o conteúdo está armazenado, a sua leitura fica restrita ao equipamento que, uma vez emprestado, permite ao usuário consultar todos os títulos que estão nele armazenados. Este aspecto impede o atendimento a outros leitores da biblioteca, acarretando na indisponibilidade de várias obras devido a uma única operação de empréstimo.

Segundo Albitiz e Brennan (2012) o licenciamento de livros digitais não é tão diferente quanto a contratação de outros recursos eletrônicos com os quais as bibliotecas já trabalham há mais de vinte anos. Porém, há a promoção de questões que são singulares em relação às formas de acesso e de uso permitidas. A inclusão de periódicos, em formato digital, trouxe desafios às bibliotecas, como a preservação do título na coleção e o acesso em longo prazo. Afinal, a não renovação de uma assinatura pode resultar na perda de todos os fascículos, prejudicando a formação do acervo e as pesquisas dos usuários. O mesmo fato pode ocorrer com os livros digitais.

Quando um livro impresso é adquirido, o mesmo é catalogado e torna-se parte da coleção. As possibilidades de perda deste item estão centradas, principalmente, no risco da não devolução do empréstimo pelo usuário; no desgaste físico do exemplar, ou pelo descarte definido da obra pela biblioteca. Com os livros digitais, ao não renovar um contrato de

licenciamento, em semelhança com os periódicos eletrônicos, o acesso aos registros será vetado, tornando as obras indisponíveis para consulta.

Às bibliotecas é ofertada a possibilidade de licenciar conteúdo com fornecedores específicos que podem ser a própria editora, o distribuidor ou, ainda, o agregador de conteúdo. Estes fornecedores possuem ou representam títulos de diversas editoras, e os disponibilizam por meio de plataformas proprietárias, nas quais ocorrerá a leitura das obras. Apesar de alguns fornecedores permitirem a seleção de títulos de forma individualizada, usualmente ofertam a transação comercial de pacotes de publicações, permitindo a contratação de diversos títulos com descontos competitivos, se comparado com as versões impressas das obras (GRIGSON, 2011; MORRIS; SILBERT, 2011) ou a aquisição individual no formato digital.

Independentemente da seleção e forma de contratação das obras, o licenciamento ocorrerá por meio da aplicação de modelo de negócios, onde serão definidas as opções de acesso à plataforma e ao conteúdo e a remuneração que será feita: por tempo ou pelo uso realizado. No momento são identificados dois tipos de modelos de negócios: o perene, permanente ou sem data para expirar; e os modelos transitórios, que exigem pagamentos recorrentes para acesso do conteúdo.

O modelo perene é identificado como “Aquisição Perpétua”, com a remuneração do licenciamento ocorrendo uma única vez, sem necessidade de renovação. Este modelo, porém, pode apresentar pagamentos frequentes aos fornecedores, uma vez que o conteúdo foi licenciado, porém é necessário manter o acesso à plataforma onde ocorre a leitura (ALBITIZ; BRENNAN, 2012; GRIGSON, 2011), cuja manutenção pode exigir ajustes financeiros periódicos.

Os modelos transitórios são assim identificados pois, exigem um pagamento recorrente por seu uso, que pode ser medido por uma unidade de tempo ou de acordo com a quantidade de acessos ao conteúdo que foi realizado. Em alguns casos podem ser compreendidos como alugueis, onde a biblioteca desembolsa uma quantia fracionada do valor da obra para atender a uma demanda que, dependendo da quantidade de solicitações recebidas, pode iniciar de forma automática um processo de licenciamento por outras modalidades. Os principais modelos de negócios transitórios são: Assinatura, Aquisição Orientada ao Usuário (*Demand Driven Acquisition – DDA*), Empréstimo de curto prazo (*Short Term Loan – STL*), e Aquisição

Orientada por Evidência (*Evidence Based Selection* – EBS). Neste contexto, o presente trabalho analisa a aplicação dos modelos de negócios transitórios pelas bibliotecas.

2. Metodologia

Este estudo foi realizado por meio de levantamento bibliográfico e revisão de literatura disponível em livros, artigos de periódicos, trabalhos apresentados em eventos, sítios da *Web* etc., que abordem as questões dos modelos de negócios transitórios para licenciamento de conteúdo monográfico por bibliotecas. O recorte temporal utilizado abrange o período de 2010 a 2015 enfocando essencialmente a literatura estrangeira, escolha esta feita em decorrência da pequena produção sobre o tema no Brasil. Como trata-se de uma pesquisa exploratória, foram reunidos dados, informações e questões diversas, coletando aspectos relevantes com o propósito de identificar padrões e fatos relatados sobre as experiências com os modelos de negócios transitórios observados por bibliotecas. A partir da análise dos textos pesquisados foi possível identificar os principais modelos de negócios utilizados nas instituições, em seus aspectos favoráveis e as implicações decorrentes.

3. Resultados

Os modelos de negócios transitórios proporcionam alternativas para inclusão de livros digitais nos acervos. Embora o modelo de Aquisição Perpétua represente familiaridade e conforto aos bibliotecários (SERRA, 2014), com o entendimento que o título fará parte da coleção sem necessidade de custos adicionais ou renovações (MORRIS; SIBERT, 2011), existem restrições para sua aplicação como, por exemplo, o alto valor dos licenciamentos (GRIGSON, 2011; SHEEHAN, 2013), ou a não aderência dos fornecedores a esta modalidade.

Embora estejam em desenvolvimento, com novos modelos ou variações sendo oferecidos pelos fornecedores, a aplicação dos modelos transitórios mostra-se uma tendência ao permitir acesso a diversos títulos a custos mais baixos.

No momento da contratação o fornecedor entrega à biblioteca os metadados dos títulos que foram licenciados para que ocorra a inclusão destes no catálogo bibliográfico. Assim, além de identificar as obras disponíveis para descoberta e leitura nas plataformas dos fornecedores, o usuário também poderá identificar a oferta do título pelo catálogo da instituição. De acordo com Armstrong e Lonsdale (2011) esta é a forma preferida dos usuários para acessar recursos

e livros digitais, visto que aumenta a chance de localização dos títulos, uma vez que eles estão reunidos em um único local, independente do fornecedor contratado. Caso não sejam incluídos os títulos no catálogo, o usuário deverá consultar a plataforma de cada fornecedor e buscar as obras que foram licenciadas com cada um, aumentando a complexidade da pesquisa. Este processo exige que o usuário tenha ciência dos títulos oferecidos pelos fornecedores, acarretando em barreiras para utilização dos recursos, além de comprometer sua experiência com a biblioteca. Ao centralizar os títulos licenciados no catálogo, a biblioteca permitirá ao usuário a pesquisa de todas as publicações licenciadas, independente do fornecedor ou forma de contratação, por meio de uma única interface, sendo transferido à plataforma do fornecedor somente para realização da leitura. A centralização também facilita a gestão dos títulos contratados, e contribui com a identificação dos fornecedores, modelos de negócios e vigências dos pacotes.

Além da assinatura, são oferecidos modelos no qual o livro digital é identificado como um serviço, e onde as obras não são contratadas, mas sim sua possibilidade de acesso, com a remuneração aos fornecedores ocorrendo de acordo com o uso que for feito do conteúdo. Isto representa flexibilidade na contratação, com investimentos centrados na demanda dos usuários e aumento na oferta de obras para consulta. Por outro lado, apresentam desafios aos bibliotecários, uma vez que são modalidades novas de licenciamento que demandam forte acompanhamento de métricas de uso, bem como, de ajustes no catálogo. A seguir serão apresentados os principais modelos transitórios, suas características e implicações.

3.1. Assinatura

Pode-se dizer que a assinatura de livros digitais foi o primeiro modelo transitório apresentado. Sua oferta foi decorrente da experiência com as publicações seriadas e com as bases de dados, não sendo, portanto, uma contratação desconhecida das bibliotecas. Por meio de um único instrumento é possível contratar títulos que podem ser acessados pelos usuários diversas vezes, dentro de um período. Após o término deste prazo, um novo contrato deverá ser firmado entre a biblioteca e o fornecedor, caso contrário o acesso ao conteúdo será bloqueado.

Os contratos de assinatura normalmente são centrados em pacotes de títulos que são definidos pelo fornecedor. Segundo Morris e Sibert (2011) as assinaturas dão acesso a vasta

quantidade de títulos por um período pré-definido, e sua contratação se mostra interessante do ponto de vista financeiro, pois permite acesso a títulos com custos mais baixos, quando comparado com a contratação individual. Os pacotes são usualmente formados pelo fornecedor e discorrem sobre uma temática ou área de conhecimento, onde a biblioteca tendo pouca ou nenhuma flexibilidade para selecionar os títulos de seu interesse. Por outro lado, representam economia de tempo na seleção das obras. A quantidade, entretanto, não assegura qualidade. Assim é possível haver publicações que não representam interesse aos usuários e que, conseqüentemente, não serão utilizadas. Pode ocorrer, também, a duplicidade de títulos – obras concorrentes – oferecidas em pacotes de diversos fornecedores, acarretando em redundância na oferta e investimento em conteúdo idêntico. Nestes casos, a forma de contratação pode ser diversa - com a aplicação de variados modelos de negócios - onde a leitura ocorre na plataforma de cada fornecedor. Isto pode acarretar em confusões ao usuário, principalmente se forem considerados os serviços presentes na plataforma de cada fornecedor (LALLA, 2012).

Com a definição do pacote que será contratado é estabelecido o período de vigência, usualmente anual. Ao final deste prazo podem ocorrer ajustes na contratação, com inclusão e/ou remoção de títulos, ou ainda atualização dos valores. Não ocorrendo a renovação do contrato, o acesso às obras será cessado.

Durante o período de contratação os títulos dos pacotes podem sofrer alterações, de acordo com o tipo de fornecedor contratado. Se o conjunto de obras for licenciado com uma editora, títulos podem ser incluídos ao pacote. Assim, obras ou autores recém vinculados à editora podem ser agregados ao conjunto, bem como novas edições de obras já contratadas. No caso de novas edições, são observadas duas situações: a edição anterior é substituída pela nova ou; todas as edições [anterior(es) e atual] são disponibilizadas no pacote. Evidentemente a segunda opção oferece maior apelo às bibliotecas, proporcionando, além do aumento da oferta de registros para consulta e acesso, a possibilidade de pesquisa retrospectiva, ou seja, o acervo será atualizado, porém edições anteriores também poderão ser consultadas.

Se o fornecedor for um agregador de conteúdo ou um distribuidor, além da ocorrência das oscilações existentes com os editores, observa-se a inclusão de novos títulos decorrentes de

contratos de representação firmados com outros editores, podendo ocorrer crescimento expressivo na quantidade (e qualidade) de títulos licenciados.

Rupturas também podem ocorrer. Isto decorre do rompimento contratual entre autor(es) e a editora, ou ainda de editores com agregadores e distribuidores, quando perdem-se os direitos de representação do conteúdo. Estas situações podem não ser tão frequentes, mas devem ser levadas em consideração. Para exemplificar esta possibilidade, analisamos o encerramento comercial recente da editora *Cosac Naify*.

Caso esta editora possuísse contrato com agregadores de conteúdo ou distribuidores para licenciamento de seus títulos no formato digital, ao concluir o encerramento de suas atividades, estas representações seriam cessadas, e o conteúdo deveria ser removido dos pacotes, visto que os títulos da *Cosac Naify* não poderiam mais ser oferecidos pelo agregador. As obras somente podem retornar ao pacote caso os títulos da *Cosac Naify* fossem representados por outro editor, e este firme contrato com agregadores e distribuidores para que os títulos possam ser oferecidos novamente. A mesma situação é observada entre autores e editores. Caso ocorram rescisões ou extinções de contratos entre as partes, as obras afetadas devem ser removidas dos pacotes, visto que não estão balizadas por contratos válidos e, portanto, não podem ser distribuídas. Almeida (2015) levanta que a questão da licença de leitura adquirida pelo consumidor não é abordada pela Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610, de 1998). Embora mereça estudos e demande atualização da legislação brasileira em relação ao conteúdo digital, este ponto não afeta os modelos de negócios transitórios, visto que o título é licenciado por um período finito, sem tratativas de propriedade envolvidas, situações onde a transferência de licenciamento deveria ser contemplada.

Nas assinaturas a forma de acesso é definida na contratação. Em semelhança ao que ocorre na Aquisição Perpétua, o padrão dos livros digitais é permitir um acesso por título, porém alguns fornecedores facultam a possibilidade de acessos simultâneos, incidindo no valor que será celebrado na contratação. A forma e a quantidade de acessos simultâneos são atributos do modelo de negócios e, usualmente, são definidos no início do licenciamento, porém podem ser alterados durante a vigência do mesmo.

As bibliotecas podem encontrar dificuldades para renovar as assinaturas. Neste modelo o investimento é realizado com regularidade, não representando, porém, crescimento no

acervo. De fato, as assinaturas são custos recorrentes, sem que ocorra aumento na oferta de títulos ou patrimônio da instituição, uma vez que com os livros digitais não está presente o entendimento de propriedade da obra, mas uma licença para seu uso por um período pré-determinado. Tomando como analogia a assinatura de periódicos impressos, caso a instituição opte pela não renovação, o investimento que foi empregado no passado pode não ser completamente perdido, com os fascículos assinados podendo ser mantidos na coleção. Com os livros digitais, ao não renovar o licenciamento, o acesso a todos os títulos será cortado, com remotas possibilidades de manutenção de cópia do conteúdo e, caso exista esta opção, será realizada mediante ajustes financeiros. Em situações de cortes orçamentários, a instituição pode se ver privada de todo um conjunto de títulos pelos quais fez um investimento recorrente por diversos anos, sem possibilidade de manter o acesso a eles a partir do momento em que não houver pagamento ao fornecedor.

As assinaturas são arriscadas aos fornecedores – perda de receita ao não realizar a renovação –, às bibliotecas – queda na quantidade e qualidade de títulos presentes na coleção –, e aos usuários – sem a garantia de que os títulos estarão disponíveis para consulta em longo prazo.

Este é o único modelo transitório oferecido às bibliotecas brasileiras, embora fornecedores estrangeiros que trabalham com outros modelos estejam em atuação no país. O desconhecimento dos demais modelos, e a (ainda) baixa oferta de títulos digitais existentes para as bibliotecas, por enquanto não proporcionaram ambiente adequado para o emprego dos modelos que serão apresentados a seguir.

3.2. DDA – Aquisição Orientada ao Usuário

Este modelo transitório tem sido um dos mais empregados em bibliotecas nos Estados Unidos. Primeiramente foi identificado como PDA (*Patron Driven Acquisition*), porém desde a publicação de recomendação da NISO (*National Information Standards Organization*) em junho de 2014, passou a ser nomeado como *Demand Driven Acquisition* – DDA. Apesar de ser bastante utilizado para licenciamento de livros digitais, teve suas primeiras experiências com livros impressos. De acordo com Swords (2011), este modelo foi desenvolvido devido a diminuição dos orçamentos das bibliotecas em decorrência da recessão, aliado à necessidade de empregar melhor os recursos e adquirir menor quantidade de livros e assegurar uso de longo prazo dos mesmos. Também decorre da diminuição de vagas de trabalho em

bibliotecas, que acarretaram na urgência em agilizar atividades para que o quadro funcional pudesse dispensar maior tempo ao atendimento de usuários. Além de dificuldades financeiras, a necessidade de adquirir menor quantidade de material bibliográfico também está vinculada às limitações de espaço para acondicionamento do acervo, com foco em comprar o que é essencialmente demandado pelos usuários e que apresentarão uso recorrente. De acordo com Polanka e Delquíe (2011), a utilização deste modelo com livros digitais iniciou-se em 1999 com o fornecedor *NetLibrary*.

Esta modalidade de licenciamento altera a forma como as bibliotecas realizam a aquisição de livros. Se com os impressos, os bibliotecários selecionavam as obras que poderiam ser de interesse dos usuários (*just in case*), com o DDA, as obras são selecionadas pelos usuários, de acordo com suas demandas (*just in time*). Esta inversão de entendimento confere complexidade às bibliotecas, porém sem ocasionar investimentos em títulos que podem não ter procura ou então que tenham baixa utilização. Segundo Lugg (2011, p.7), “ao invés de comprar livros que os usuários possam querer, a biblioteca oferece um amplo conjunto de novos títulos, permitindo aos usuários escolher quais livros a biblioteca deve comprar” (tradução nossa). De acordo com o entendimento de Dooley (2011, p.126), “os usuários não têm ciência que estão definindo a compra de um título em particular; eles simplesmente acessaram o livro digital disponibilizado pela biblioteca” (tradução nossa). Price et al (2009) pontuam que a principal mudança entre o processo tradicional de aquisição e o DDA é o início do licenciamento. Livros impressos passam a fazer parte da coleção após adquiridos e recebidos. Já os livros digitais fazem parte da coleção a partir do momento em que os metadados são inseridos no catálogo e os títulos estão disponíveis para consulta. Eles fazem parte da coleção mesmo que estejam disponíveis somente para locação, ou seja, somente para utilização transitória. Esta situação é a mesma observada nos modelos transitórios STL e EBS.

De acordo com pesquisa realizada por Price e McDonald (2009 as cited in Dooley, 2011) as obras adquiridas a partir de sugestões de usuários foram, em média, duas vezes mais utilizadas e acessadas que as selecionadas pela biblioteca, sem a ocorrência de desequilíbrio no acervo, ou seja, com novos títulos sendo agregados à coleção em todas as áreas de conhecimento, seguindo o parâmetro da classificação da *Library of Congress*.

Ao trabalhar com o modelo DDA a biblioteca inclui todo um conjunto de títulos do fornecedor em seu catálogo e o pagamento somente será realizado caso ocorram acessos a estas obras, semelhante a um aluguel. Assim, ao consultar o catálogo, o usuário pode visualizar as obras disponíveis e clicar para acessá-las. Apesar de existirem variações entre os fornecedores, via de regra, após um período de tempo determinado, normalmente de poucos minutos (ALBITZ; BRENNAN, 2012b; DOOLEY, 2011), ou ainda de acordo com a quantidade de páginas consultadas (POLANKA; DELQUIÉ, 2011), uma cobrança pelo acesso realizado será encaminhada à biblioteca, na forma de um aluguel. Este controle por tempo de acesso ou quantidade de páginas consultadas respalda a biblioteca de que não serão realizadas cobranças de títulos que foram clicados por descuido pelo usuário. O valor deste aluguel é variado de acordo com o fornecedor, com relatos de custos entre 5 e 15% do valor da obra (SWORDS, 2011) ou de 10 a 15% (ALBITZ; BRENNAN, 2012b).

Após a realização de quantidade de alugueis acordados entre biblioteca e fornecedor, a obra será licenciada de forma automática, alterando o modelo de negócio, com a contratação passando a ocorrer por Aquisição perpétua ou inclusão do título em pacote de assinatura. Parte-se do entendimento de que, se a obra é continuamente acessada – constatado por meio de indicadores de uso que atestam uso recorrente do título -, ela representa apelo aos usuários e a realização de diversos alugueis não se mostra interessante sob o ponto de vista financeiro, sendo preferível a realização de licenciamento a custo mais baixo (assinatura) ou com a contratação sem prazo de validade definida (aquisição perpétua) que, embora possa ter um valor mais alto no momento da contratação, em longo prazo apresenta vantagens em relação à realização de repetidos alugueis. Assim, a partir de quantidade de acessos realizados em um título, este deixa de ser uma contratação por aluguel e passa a fazer parte do acervo, usualmente por meio de um licenciamento perene.

A biblioteca pode definir limites das obras que serão incluídas ao catálogo com critérios como valor, temática, editores, idioma, data de publicação etc. (MORRIS; SIBERT, 2011). Também é possível utilizar moderação de acesso aos livros. Assim, ao clicar para acessar uma obra, o usuário aguarda aprovação – ou não - da biblioteca para que este recurso possa ser acessado (SCHELL, 2011).

No DDA a biblioteca precisa acompanhar a quantidade de acessos realizados por título, assim como orientar os usuários quanto a sua utilização, evitando gastos desnecessários oriundos de cliques acidentais, descuidados ou recorrentes. Outra questão a ser controlada está relacionada com a atualização dos metadados de gestão (fornecedor, modelo de negócio utilizado, vigência, datas de início e término da contratação etc.) que devem ser atualizados sempre que um título atingiu a quantidade de alugueis possíveis e alterou sua forma de licenciamento.

Dentre os benefícios observados com o DDA destacam-se o rápido atendimento aos usuários, aumento da oferta de títulos disponíveis para consulta, atualização rápida do acervo, com obras novas sendo incluídas com regularidade etc. Entretanto, dentre os desafios, podem ser listados o alto custo dos alugueis em relação a outras modalidades de licenciamento, a quantidade de alugueis realizados, o pagamento pelo acesso a obras não pertinentes à instituição, o risco de perda de controle e de equilíbrio da coleção, licenciamento de títulos de interesse sazonal, esforço para manter os metadados (bibliográficos e de gestão) atualizados no catálogo, entre outras questões.

Embora este modelo venha sendo empregado em bibliotecas nos Estados Unidos, é necessário analisar as possibilidades de implementação no Brasil. Dentre as principais complexidades para uma experiência estão a baixa quantidade de títulos de livros digitais que podem ser licenciados por bibliotecas e a carência de ferramenta que auxilie no controle de uso e atualização dos dados no catálogo. Estas ferramentas usualmente são oferecidas pelos fornecedores, sem iniciativas conhecidas para emprego de metodologia que favoreça a gestão aos bibliotecários por meio de instrumento de código aberto. Outro ponto está centrado nas dificuldades que podem ser apresentadas pelas instituições públicas que realizam a aquisição de material bibliográfico por meio de processos licitatórios. Os modelos transitórios permitem o acesso aos livros, porém não sua propriedade, o que pode dificultar ou até mesmo impedir a contratação. Livros digitais são identificados como *softwares* e não como produtos. Em vista disso deve ser analisada a legislação sobre licitações com o objetivo de identificar possibilidades de licenciamento de livros digitais em bibliotecas de instituições públicas brasileiras.

3.3 STL – Empréstimo de curto prazo

O STL – *Short Term Loan*, Empréstimo de curto prazo – já foi identificado como *Pay-per-View* (PPV, Pague Para Ver, tradução nossa) e *Pick & Choose* (P&C, Pegue e Escolha, tradução nossa). Como é uma evolução do DDA (POLANKA; DELQUIÉ, 2011), um conjunto de títulos é oferecido pelo fornecedor e incluído no catálogo da biblioteca para acesso aos usuários registrados. A remuneração é realizada de acordo com a quantidade de acessos ocorridos e o tempo que o material fica à disposição do usuário é variada de acordo com o fornecedor, com relatos de acessos de 24 a 48 horas (DOUCETTE; LEWONTIN, 2012), dias, semanas (POTER; WEAVER; NEWMAN, 2012) ou ainda meses (NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 2014). Este modelo é oferecido por agregadores de conteúdo, sem relatos identificados de oferta por distribuidores ou editores.

O modelo já foi considerado como uma possibilidade de realizar Empréstimo Entre Bibliotecas (EEB) no cenário dos livros digitais, com o usuário solicitando uma obra que não existe no acervo para consulta. No EEB tradicional uma biblioteca toma emprestada a obra impressa de outra instituição para atender a demanda de seu usuário. É feito um acordo entre as bibliotecas, sem necessidade de compra da obra ou pagamento pelo serviço, acarretando em custos de postagem para deslocamento da publicação de uma unidade a outra. No cenário dos livros digitais este custo seria cortado, além de diminuir o tempo para atendimento da solicitação, eliminando também problemas caso ocorra dano ou extravio do material emprestado, atrasos na devolução ou indisponibilidade da obra. Para Woods e Ireland (2008) o STL não pode ser interpretado como um EEB, pois não existe um empréstimo entre instituições, mas o licenciamento de um título de um fornecedor para uma biblioteca, que custeia o acesso do material. Assim como no DDA os custos variam de acordo com o fornecedor, com relatos de 10 a 20% do valor da obra solicitada (GRIGSON, 2011), de 10 a 15% (MORRIS; SILBERT, 2011) ou de 10 a 30% (RAPP, 2011b as cited in POTER; WEAVER; NEWMAN, 2012). Segundo Grigson (2011) o valor do aluguel é alto, afinal somente um usuário realiza o acesso ao material por um período definido. Caso o usuário renove o empréstimo ou precise consultar a obra novamente, outra cobrança será gerada. A autora pontua que caso ocorram muitas solicitações de um mesmo usuário por um título, o custo pode superar um eventual licenciamento da obra por aquisição perpétua. A mesma situação pode ser observada em instituições que possuam comunidade que é renovada periodicamente, como escolas,

faculdades e universidades, com turmas de alunos iniciando e encerrando seu vínculo acadêmico frequentemente. Assim, alguns títulos podem ter consulta sazonal, muitas vezes respondendo a uma demanda temporária e, talvez, não justifiquem a alternância do modelo de negócios à opção perene. Por outro lado, manter títulos que possuam demanda recorrente não se mostra uma boa alternativa.

Os modelos DDA e STL possuem muitas semelhanças e na medida em que vão se distanciando e com as opções oferecidas pelos fornecedores, outras possibilidades são encontradas, tornando mais clara a distinção entre um e outro. Na literatura consultada os modelos são descritos com as mesmas funcionalidades, com variação da nomenclatura. Analisando o cenário atual, chega-se a conclusão que a diferença entre ambos pode estar centrada no processo que dispara um licenciamento automático por aquisição perpétua ou assinatura. No DDA é definida uma quantidade máxima de acessos que pode ser feita antes de iniciar a troca da modalidade de licenciamento. No STL, esta necessidade não seria justificável, afinal é interessante ao fornecedor realizar diversos alugueis. Evidentemente as denominações realizadas com os dois modelos dificulta uma distinção entre eles, mas o material consultado induz estes autores a este entendimento. Assim, a diferença do STL em relação ao DDA é que não existe limite de alugueis que podem ser realizados de um título. Sempre que houver uma solicitação, a obra será acessada pelo usuário e será encaminhada cobrança pelo uso do conteúdo à biblioteca.

A seleção das obras que utilizarão o modelo ou uma eventual moderação podem ser aplicados no STL e, da mesma forma como ocorre no DDA, é recomendável acompanhamento das solicitações realizadas pelos usuários, visando proteger o orçamento da instituição para que os licenciamentos sejam realizados com o melhor custo x benefício possível. Para Verma (2014) o modelo não tem se mostrado interessante aos fornecedores, afinal, apesar de aumentar a quantidade de alugueis realizados, diminui-se a quantidade de licenciamentos perenes concretizados, obtendo remunerações menores. Esta situação levou fornecedores a cogitar em realizar aumentos da percentagem cobrada, visando cobrir os custos do serviço e minimizar perdas em decorrência de poucas vendas; ou ainda, a retomada da prática do embargo, com títulos não sendo oferecidos para o STL, como lançamentos ou obras muito demandadas, forçando a biblioteca a aplicar outro modelo de negócio para poder contratar conteúdos específicos.

Uma iniciativa realizada por instituição no Canadá em 2007, relatada por Woods e Ireland (2008), apresentou uma aplicação diferente do STL. As obras foram selecionadas e incluídas no catálogo e os acessos eram mediados pelos bibliotecários. A distinção em relação ao modelo tradicional é que a biblioteca, em alguns casos e de acordo com o tipo do usuário, repassava os custos do aluguel. Desta forma, além de proporcionar o acesso temporário de uma obra, não comprometia seu orçamento e podia, inclusive, obter uma fonte de renda, destinada a custear os licenciamentos transitórios realizados pelos usuários vinculados à instituição. Apesar de não relatado no estudo, poderia ser acrescentada uma terceira alternativa, com a biblioteca dividindo com o usuário o custo do licenciamento. Nestes casos, poderiam ser definidas frações que seriam pagas pela biblioteca e pelo usuário, de acordo com seu perfil, flexibilizando o acesso.

Embora não tenham sido identificados casos semelhantes na literatura consultada, outra alternativa seria a aplicação do STL para contratação temporária de obras. Muitas vezes a biblioteca observa que um conjunto do acervo apresenta procura sazonal, principalmente no ambiente acadêmico. Podem ser oriundos de temáticas atuais ou de pesquisa em andamento. Nestes casos, alguns títulos podem ser demandados, porém não é possível aferir que manterão quantidade de solicitações recorrentes em longo prazo. Assim, a biblioteca investiria em conjunto de obras que teriam um apelo por um prazo curto, deixando de investir em títulos que também podem apresentar demanda. Ao poder realizar empréstimos de médio prazo (trimestrais ou semestrais), no formato de assinaturas, as bibliotecas poderiam garantir o acesso a títulos de interesse sem realizar o licenciamento perene dos mesmos, até assegurar-se que constituem obras de uso recorrente. Evidentemente são necessários acompanhamentos de indicadores de uso para proporcionar aos bibliotecários evidências seguras de que um conjunto de títulos justifica um investimento de longo prazo (aquisição perpétua), médio prazo (uso semestral) ou curto prazo (alugueis).

3.4 EBS – Seleção Baseada em Evidência

O EBS (*Evidence-Based Selection*), UDA (*Usage-Driven Acquisition*) ou EBA (*Evidence Based Acquisition*) pode ser considerado uma variação do DDA, afinal a seleção dos títulos também é realizada de acordo com o uso feito pelos usuários. O fornecedor – normalmente o editor - disponibiliza todo seu catálogo para que seja acessado pela comunidade atendida pela

biblioteca, que pode aplicar critérios para seleção dos títulos que serão contemplados no pacote, como assunto, preço, idioma, editores etc., como ocorre com o DDA e o STL. Em similaridade com os demais modelos transitórios, também pode-se estipular quantidade de tempo (usualmente poucos minutos) de leitura antes de contabilizar que a obra foi efetivamente consultada, minimizando riscos de contabilização por acessos equivocados ou cliques acidentais. Este tempo de visualização permite ao usuário ler pequenos trechos, consultar sumários ou navegar na obra, confirmando o interesse no título e concretizando o empréstimo digital.

A distinção entre os modelos consiste na remuneração ao fornecedor, com cobrança realizada na contratação, onde é estabelecido um montante. Este valor pode ser definido de acordo com a expectativa de uso que será feita das obras, ou pela totalidade de investimento que será realizado junto ao fornecedor. Após o período de uso, normalmente um ano, a biblioteca tem o compromisso de licenciar de forma perene, por aquisição perpétua, uma quantidade de títulos, até atingir o valor que foi pago. As obras adquiridas são selecionadas pela biblioteca, com base na utilização que foi realizada. Porém, caso não ocorram muitos acessos, a instituição tem o compromisso de utilizar todo o valor definido, podendo ter que adquirir títulos que não foram acessados.

Conforme pontuado por Levine-Clark (2015), o modelo representa riscos tanto ao fornecedor como à biblioteca. Se não ocorrerem muitos acessos, publicações que não foram usadas serão adquiridas para cumprir o contrato assinado. Por outro lado, os usuários podem acessar mais obras do que a quantidade contratada, não ocorrendo remuneração proporcional posterior ao fornecedor. Uma alternativa é estabelecer limites mínimo e máximo e, após o término do contrato, garantir um acerto razoável entre as partes. Pode-se também definir uma quantidade mínima de acessos que elege um título para licenciamento perene, semelhante ao que ocorre no DDA. Assim, a biblioteca teria o compromisso de adquirir todos os títulos que tiverem mais de três acessos no período, por exemplo, conferindo ao fornecedor a garantia de remuneração, e à biblioteca a certeza de licenciar títulos efetivamente demandados. Outra opção é controlar a totalidade de obras que a biblioteca licenciará em quantidade proporcional ao uso que foi realizado, podendo ocorrer decréscimo do número de títulos licenciados caso ocorram muitos acessos. Desta forma, obras muito demandadas serão adquiridas, porém não necessariamente todos os títulos que apresentaram mais do que três

acessos, tomando o exemplo citado acima. Busca-se assim um equilíbrio entre fornecedor e biblioteca, distribuindo o risco de perdas de forma igualitária permitindo que a instituição ofereça livros digitais a seus usuários e que o fornecedor possa sustentar seu negócio, sem prejuízo caso ocorram acessos em demasia, acima da quantidade que foi estipulada.

A cada período de licenciamento renovado ocorre a inclusão de novos títulos e manutenção dos que não foram consultados ou cuja solicitação apresentou baixa frequência e não justificou uma aquisição perene. Conforme a experiência da *University of Denver*, em três anos de utilização do modelo a biblioteca aumentou consideravelmente a quantidade de obras disponibilizadas aos usuários e vem adquirindo mais títulos em comparação com as obras impressas que eram adquiridas com o editor *Palgrave*, mostrando-se uma experiência vantajosa, atendendo às expectativas da biblioteca e do fornecedor. As obras licenciadas apresentam uso recorrente após a contratação por aquisição perpétua, evidenciando que os investimentos feitos atendem à demanda apresentada pelos usuários (LEVINE-CLARK, 2015).

Outra distinção em relação ao DDA é que não existe limite de quantidade de acessos que podem ser realizados por título. Todo o material pode ser consultado diversas vezes durante a vigência do contrato e somente as obras que foram mais acessadas serão contratadas. Diferentemente do DDA, o licenciamento não ocorre após atingir uma quantidade limite de solicitações realizadas, mas somente após a confirmação do uso dos títulos que foram disponibilizados (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2015). Assim, assegura-se que a biblioteca licencie por aquisição perpétua os títulos que efetivamente foram consultados pelos usuários, minimizando o risco de realizar investimentos em obras que não sejam pertinentes ou que representem baixo apelo à comunidade atendida. Os títulos que foram pouco consultados não representam custos adicionais, portanto podem continuar a ser oferecidos nos pacotes no momento da renovação. É interessante ao fornecedor ampliar a oferta de obras que podem ser consultadas, aumentando as possibilidades de vendas futuras.

Outro ponto de destaque é a implementação do modelo. Enquanto DDA e STL exigem acompanhamento de indicadores de uso em tempo real e custos de licenciamento transitório ocorrendo durante a vigência da contratação, com o EBS um investimento é realizado no início da contratação, sem custos adicionais previstos ao final da vigência. Também dispensa o emprego de ferramentas para acompanhamento de métricas ou ajustes dos metadados de

gestão de forma recorrente, afinal títulos contratados por EBS não alteram a forma de licenciamento antes do final da vigência do contrato, como ocorre com o DDA. A moderação é dispensada, afinal é interessante para a biblioteca que as obras sejam consultadas, afinal o investimento já foi realizado, sendo definido ao final do processo somente quais títulos serão licenciados por Aquisição perpétua. Este modelo não representa esforço ou investimento dos bibliotecários no acompanhamento de uso que é feito dos títulos disponíveis, cabendo apenas a inclusão de novas obras ou remoção, em caso de rupturas. Por outro lado, devem ser feitas ações para divulgação da oferta do serviço, caso contrário, as obras contratadas apresentarão baixa quantidade de acessos, obrigando a biblioteca a adquirir títulos que não tiveram demanda.

4. Conclusões

Observa-se que os modelos de negócios transitórios alteram significativamente a forma como a biblioteca seleciona e licencia conteúdo digital. As modalidades relatadas neste estudo proporcionam rupturas nos processos tradicionais, delegando ao usuário poder de decisão sobre os títulos que farão parte da coleção bibliográfica.

Dentre as novidades observa-se o aluguel de conteúdos que pode tanto representar economia, quanto custos inesperados. No primeiro caso, a biblioteca investe um valor proporcional em títulos para garantir o acesso, sem necessidade de realizar um licenciamento perene. No segundo caso, muitos alugueis podem representar custo superior ao de um licenciamento perene, ocorrendo investimento em títulos com baixa pertinência na coleção, atendendo solicitação pontual de poucos usuários. Situação na qual se recomenda que as obras que possuam uso recorrente sejam licenciadas pelo modelo perene, garantindo melhor uso dos recursos e evitando o pagamento de alugueis para obras que devem pertencer ao acervo devido à sua utilização frequente.

Nota-se que uma vantagem das modalidades transitórias apresentadas centra-se no aumento significativo da oferta de títulos aos usuários. Por analogia, seria como se o usuário, em um *buffet*, pudesse se servir de todos os pratos oferecidos, além de repetir quantas vezes desejasse, sendo que o excesso pode trazer “indigestão”. Se o usuário não estiver ciente sobre a utilização do modelo adotado, ele pode clicar em diversos títulos, gerando licenciamentos transitórios de obras que não representam real interesse. Neste caso, a biblioteca deverá

recolher valores relativos aos alugueis realizados, sem a ocorrência de uso concreto do conteúdo. Esta ação pode acarretar na aquisição perene de títulos que demandaram curiosidade dos usuários, representando investimento em material bibliográfico que não apresentará uso recorrente ou pertinência à coleção. Pode ocorrer também a ocorrência de desbalanceamento do acervo, com títulos licenciados por interesses sazonais, privilegiando algumas áreas do conhecimento em detrimento de outras. Ainda, sob a perspectiva do usuário, cliques desnecessários tornam as obras indisponíveis a outros usuários, dentro do período previsto para empréstimo na plataforma, até pela impossibilidade de realizar devolução antecipada do conteúdo digital em algumas ferramentas. Outra situação é o bloqueio do usuário que tomou emprestada a quantidade de títulos disponíveis para o seu perfil, ficando limitado a consultar só os títulos clicados até expirar o prazo de empréstimo.

Um ponto de destaque é a velocidade na atualização do acervo, com títulos novos ficando disponíveis (e acessíveis) de forma ágil em relação aos volumes impressos. Isto agrada a comunidade usuária, afinal obras podem ficar disponíveis de forma muito rápida e mesmo lançamentos podem ser consultados a partir do momento em que forem dispostos na plataforma do fornecedor e/ou no catálogo *online* da biblioteca.

Saliente-se que novas rotinas são impostas aos bibliotecários, como o acompanhamento de métricas de uso dos livros digitais; atualização de metadados bibliográficos, de acordo com inclusões e remoções de títulos nos pacotes contratados ou renovados; e ajustes nos metadados de gestão, sempre que ocorrer a alternância entre modelos de negócios ou renovação junto aos fornecedores. Ainda não foram identificadas ferramentas que sejam abertas e que permitam a centralização dos títulos licenciados com diferentes fornecedores para acompanhamento de indicadores de uso e controle dos metadados e de gestão dos livros digitais licenciados. Este fato torna a biblioteca dependente das funcionalidades presentes nas plataformas dos fornecedores, o que dificulta o acompanhamento por parte do bibliotecário, que é obrigado a coletar e analisar os dados de forma segregada (por fornecedor) e reunir informações de todas as contratações realizadas para ter um panorama da totalidade de licenciamentos realizados, desenvolvendo controles paralelos para tomadas de decisão no momento de renovações ou transição de modalidade sempre que um limite de uso estabelecido por título for atingido.

Como visto, os modelos transitórios são calcados pela instabilidade, com possibilidades de empregos diferentes de uma mesma modalidade de acordo com as opções oferecidas pelos fornecedores. O mercado continua em experimentação, com novos modelos e variações sendo observadas continuamente, evidenciando um esforço tanto da parte da biblioteca como dos fornecedores para encontrar um equilíbrio, procurando uma alternativa para dispor livros digitais aos usuários que proporcionem remuneração adequada e compatível com os orçamentos das instituições.

Como observado, os modelos de negócios transitórios representam desafios às bibliotecas, principalmente em épocas de cortes de investimentos nas instituições. Uma possibilidade é distribuir o orçamento da instituição definindo um valor a ser aplicado em cada modalidade transitória, distribuindo o investimento a ser feito, proporcionando condições de avaliar as vantagens e desvantagens apresentadas em cada modalidade de licenciamento. Assim, pode-se experimentar os benefícios e as dificuldades representados com cada modalidade, proporcionando subsídios para experimentação dos modelos e definição da situação adequada. Evidentemente muitos estudos se fazem necessários e isto reflete a importância de relatos de experiências das bibliotecas, apontando acertos e dificuldades, analisando aspectos financeiros, práticos e as consequências observadas na coleção, além da oferta de serviços aos usuários.

5. Referências Bibliográficas

ALBITIZ, B.; BRENNAN, D. (2012). "Licensing of e-books". In R. Kaplan (ed), *Building and managing e-book collection* (pp. 75-84). Chicago, IL: Neal-Schuman. (How-to-do-it manuals)

ALBITIZ, B.; BRENNAN, D. (2012b). "Budgeting for e-books". In R. Kaplan (ed), *Building and managing e-book collection* (pp. 85-94). Chicago, IL: Neal-Schuman. (How-to-do-it manuals)

ALMEIDA, G. M. de (2015). "Cosac Naify: as consequências jurídicas". *PublishNews*, 11 dez. Recuperado em 03 de janeiro de 2016 de <http://www.publishnews.com.br/materias/2015/12/11/cosac-naify-as-consequencias-jurdicas>

ARMSTRONG, C.; LONSDALE, R. (2011). "Introduction". In K. Price & V. Havergal (ed.), *E-books in libraries: a practical guide* (pp. xxi-xl). London, UK: Facet.

- CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS (2015). *Evidence based acquisition*. Recuperado em 05 de janeiro de 2016 de http://ebooks.cambridge.org/user_streaming.jsf?pageId=10088&level=2&pageTitle=Evidence+Based+Acquisition
- DOOLEY, J. (2011). "E-books for higher education". In K. Price & V. Havergal (eds.), *E-books in libraries: a practical guide* (pp. 117-138). London, UK: Facet.
- DOUCETTE, J.; LEWONTIN, A. (2012). "Selecting e-books". In R. Kaplan (ed), *Building and managing e-book collection* (pp. 51-74). Chicago, IL: Neal-Schuman. (How-to-do-it manuals).
- GRIGSON, A. (2011). "An introduction to e-book business models and suppliers". In K. Price & V. Havergal (ed.), *E-books in libraries: a practical guide* (pp. 19-36). London, UK: Facet.
- LALLA, N. (2012). "E-book publishing: the view from the library". In R. Kaplan (ed.), *Building and managing e-book collections* (pp. 23-34). Chicago, IL, American Library Association.
- LEVINE-CLARK, M. (2015). "Evidence-based selection at the University of Denver". *Against the grain*, 27(5), 18-20. Recuperado em 15 de dezembro de 2015 de http://www.against-the-grain.com/wp-content/uploads/2015/12/fea_levine-clark_v27-5.pdf
- LUGG, R. (2011). "Collecting for the moment: patron-driven acquisitions as a disruptive technology". In D. A. Swords (ed.), *Patron-driven acquisition: history and best practices* (pp. 7-22). Berlin, DE: De Gruyter.
- MORRIS, C.; SILBERT, L. (2011). "Acquiring e-books". In S. Polanka (ed.), *No shelf required: e-books in libraries* [Kindle version] (cap. 6). Chicago, IL: American Library Association.
- NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION (2014). *Demand Driven Acquisition of monographs*. Recuperado em 27 de novembro de 2015 de <http://www.niso.org/publications/rp/rp-20-2014>
- POLANKA, S.; DELQUIÉ, E. (2011). "Patron-driven business models: history, today's landscape, and opportunities". In D. A. Swords (ed.), *Patron-driven acquisitions: history and best practices* (pp. 119-135). Berlin, DE: De Gruyter.
- POTER, M.; WEAVER, M.; NEWMAN, B. (2012). "E-book see change in public libraries". In S. Polanka (Ed.), *No shelf required 2: use and management of electronic books* [Kindle version] (cap. 9). Chicago, IL: American Library Association.
- PRICE, J. et al. (2009). "Beguiled by bananas: a retrospective study of the usage & breadth of patron vs. librarian acquired ebook collections". *Charleston Conference*. Recuperado em 23 de dezembro de 2015 de <http://ccdlibraries.claremont.edu/cdm/singleitem/collection/lea/id/175>

SHELL, L. (2011). "The academic library e-book". In S. Polanka (ed.), *No shelf required: e-books in libraries* [Kindle version] (cap. 5). Chicago, IL: American Library Association.

SERRA, L.G. (2014). *Livro digital e bibliotecas*. São Paulo, SP: FGV. (FGV de bolso. Sociedade & cultura).

SHEEHAN, K. (2013). *The ebook revolution: a primer for librarians on the front lines* [Kindle version] Santa Barbara, CA: ABC-CLIO.

SWORDS, D. A. (ed.) (2011). *Patron-driven acquisitions: history and best practices*. Berlin, DE: De Gruyter.

VERMA, H. (2014). "Short-term loan, long-term". *Library Journal*, 139(18), pp. 18-20.

WOODS, B.; IRELAND, M. (2008). "eBook loans: an e-twist on a classic interlending service". In: *Interlending & Document Supply*, 36(2), pp. 105-115. Recuperado em 28 de dezembro de 2015 de <http://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/02641610810878585>